

O MOVIMENTO QUE VEM DAS MARGENS: A ATUAÇÃO DAS MÃES ATIVISTAS NA REGIÃO DA BAIXADA FLUMINENSE

Sharah Elisa Luciano Araújo dos Santos¹

RESUMO

Este artigo se propõe a apresentar e discorrer a respeito da atuação das mães ativistas na região da Baixada Fluminense. Sabendo-se do contexto territorial fluminense de ascensão da violência letal que elege como vítimas, principalmente, os sujeitos negros e também da reincidência da inoperância do Estado para solucionar esses casos (Atlas da violência, 2019); (Iser, 2018), os movimentos sociais de mães exercem uma centralidade no âmbito das lutas por justiça e denúncia do genocídio negro em curso. Trazendo para a discussão os conceitos de Margem (DAS; POOLE, 2008) e as contribuições sobre periferia apresentadas por (ROLNIK, 2010) busca-se traçar uma relação entre o movimento protagonizado por essas mães, enquanto proveniente de uma reação/atuação própria das margens, a periferia que estão inseridas e o Estado.

Palavras-Chave: Baixada-Fluminense. Mães-ativistas. Periferia.

ABSTRACT

This article proposes to present and discuss the role of activist mothers in the Baixada Fluminense region. Knowing the Fluminense territorial context of the rise of lethal violence that elects, mainly, black subjects as victims and also the recurrence of the State's ineffectiveness to solve these cases (Atlas of violence, 2019); (Iser, 2018), mothers' social movements play a central role in the struggle for justice and denunciation of the ongoing black genocide. Bringing to the discussion the concepts of Margin (DAS; POOLE, 2008) and the contributions on periphery presented by (ROLNIK, 2010) seek to trace a relationship between the movement carried out by these mothers, as coming from a reaction/action of the margins, the periphery that they are inserted and the State.

Keywords: Baixada-Fluminense. Mothers-Activists. Periphery.

INTRODUÇÃO

Os movimentos de mães e familiares de vítimas da violência espalhados pelo mundo

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas - Febf/Uerj. Formada em Licenciatura Plena em Pedagogia - Febf/Uerj. Pesquisa a Produção de Conhecimento de Mulheres Negras, nos movimentos de mães e familiares vítimas da violência letal, na região da Baixada Fluminense. sharahluciano.uerj@gmail.com

exercem um papel fundamental de denúncia, pressão para investigação e solução dos casos de violência letal² e desaparecimentos forçados³. Este ativismo é essencial para que essas mortes ou desaparecimentos não sejam naturalizados, esquecidos ou entrem simplesmente para as estatísticas. Se tratando do território da Baixada Fluminense⁴, região a qual se debruça esta produção, devido aos números elevados de assassinatos⁵ e desaparecimentos forçados, principalmente de jovens negros, essas iniciativas de movimentação coletiva tornam-se, infelizmente, cada vez mais necessárias.

Assim, o objetivo desse artigo é apresentar e analisar esse movimento de mães, não só ressaltando sua importância social, mas evidenciando os condicionantes que tornam sucessivos o tipo de morte que vitima seus filhos e as inserem nesse contexto de violência específica. Para isso, buscamos expor a construção da imagem do sujeito negro enquanto ser periférico que está em contraposição à noção de “homem” universal, o homem branco. O espaço onde esse sujeito periférico vive é importante para tal entendimento. É nessa região do estado que se registram os maiores números de homicídios e é nela em que a morte é mais “recebida com naturalidade” pela opinião pública. A Baixada é periferia pela sua relação com a capital, mas é, senão em primeiro lugar, periferia, por abrigar, majoritariamente, os sujeitos periféricos, os indesejados. A atuação do Estado é destacada à medida que seu envolvimento direto ou indireto com esses crimes ajuda a perpetuá-los.

Aqui, percebemos o ativismo das mães como intrínsecos ao seu pertencimento social de margens e transgressores aos limites e opressões impostas nessa sociedade estruturada no racismo, patriarcalismo e na concentração de renda. O estabelecimento desta relação vale-se do conceito de Margens (DAS; POOLE, 2007) como sustentação para nosso argumento. Além disso, por percebermos a periferia extrapolando a

² Neste trabalho, ao falarmos sobre a dinâmica de mortes que ocorre a nível nacional, estadual e na região da Baixada Fluminense, utilizaremos a categoria genocídio por entendê-la como sendo a que melhor descreve o processo em curso. No entanto, é válido destacar que esse não é um posicionamento unânime em pesquisas. Para melhor compreensão do uso político de genocídio, ver: FLAUZINA, A. L. P. e VARGAS, J. C. H. (Org.) Motim: horizontes do genocídio antinegro na diáspora. Brasília: Brado Negro, 2017

³ A categoria desaparecimentos forçados é aqui empregada para designar os casos de desaparecimentos aos quais se têm indícios de posteriores homicídios, porém não foram encontrados os corpos das vítimas e nem há comprovações oficiais de seus assassinatos.

⁴ Região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro e periférica. Com relação a sua delimitação, não há um consenso sobre os municípios que fazem parte dela, inclusive por órgãos governamentais. Ver discussão a respeito em: (ALVES, 2003, p.15). Neste estudo adotaremos a noção de Baixada como equivalente as cidades de: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Queimados, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, São João de Meriti e Seropédica.

⁵ Ver mais em: (ISER, 2018).

designação do “lugar da falta”, da homogeneidade e da violência, sem que se caia, é claro, no perigo da romantização dela, empregamos a conceituação de periferia em diálogo com as visões de (ROLNIK, 2010), como bases de nossa abordagem.

Através dos pressupostos e conceituações acima citados e do revisitar a literatura pertinente as temáticas discutidas, pretende-se apresentar e analisar: 1. o caráter periférico que o sujeito negro ocupa na sociedade brasileira, 2. o estigma que a Baixada Fluminense carrega enquanto periferia e 3. o movimento de mães da Baixada.

O NEGRO COMO SUJEITO DAS MARGENS

Ao longo da história do Brasil o lugar social ocupado por sujeitos negros, tanto no imaginário coletivo quanto no que cerne ao pertencimento e possibilidade de integração a sociedade, apresenta diferenças que modificam-se de acordo com os processos em curso em cada tempo. No entanto, um traço comum presente nesses distintos momentos é a condição de margem à qual esse grupo ocupou e continua ocupando.

Das e Poole (2008) ao tratarem das margens, em seu artigo: “El estado y sus márgenes” apresentam-nas como sendo os lugares onde “la naturaleza puede ser imaginada como salvaje y descontrolada y donde el estado está constantemente redefiniendo sus modos de gobernar y de legislar.” (DAS E POOLE, 2008, p.24) Tendo como base essa visão podemos estabelecer o entendimento de “margens” para além de lugares físicos. Percebendo o corpo negro como um território ao qual se legisla, impondo regras e estigmatiza-se, ao entendê-lo como selvagem ou ao percebê-lo à luz de estereótipos. É perceptível como, por meio das transformações e reconfigurações sociais, esses sujeitos são postos às margens de um Estado que os vê e se relaciona com eles de forma distinta do que seria o tratamento empregado a grupos privilegiados. Porém, seja pela falta de inclusão ou pelo tensionamento, constantemente esse mesmo Estado incide sobre seus corpos tentativas de governo e determinação.

Se tratando do período que compreende a legalidade da escravidão, é relegado às pessoas negras a condição de desumanidade, da propriedade de suas vidas à terceiros. Apesar de tal contexto, não é correto afirmar que esses indivíduos não faziam parte da estrutura social daquela época, uma vez que era através da exploração de sua força de trabalho que toda uma economia se mantinha. Ou seja, mesmo que não gozassem dos lucros do seu trabalho, uma vez que nem direitos políticos tinham, a sociedade brasileira da época girava em torno da sua escravização e do consumo daquilo que produziam.

Apesar da abolição da escravidão, em 1888, não ter mudado drasticamente a

estruturação vigente, visto que, naquele período eram pouquíssimos os que estavam na condição de escravizados comparado ao percentual de negros e negras que compunham a população⁶, ela não trouxe a incorporação dos que já estavam nem dos que agora oficialmente tornaram-se

livres à sociedade brasileira. Não significou a empregabilidade dos negros “alforriados”, nem o acesso pleno dessa população a escolarização, saúde, moradia e outros direitos básicos.

A proclamação da república, em 1889, e a posterior tentativa de construção de uma nação veio acompanhada de um grande impasse para as elites da nova república: o país era formado majoritariamente por negros, mestiços e indígenas. Isso, por sua vez, representava um grande perigo para as classes dominantes. É a partir desse pesar com relação aos que representavam os “outros”, os “degenerados” que a imigração europeia é fortemente estimulada. Em paralelo a esses acontecimentos chegam ao Brasil as teorias racialistas⁷ importadas do continente europeu. Com uma “roupagem” científica, elas basicamente descrevem a suposta “superioridade” do homem branco europeu sobre todos os outros grupos, que segundo elas, estariam em graus evolutivos “inferiores”. A miscigenação foi a estratégia escolhida para que se alcançasse um progressivo branqueamento e, com isso, o “problema racial” fosse sanado. Segundo Seyferth (1986), “A crença na inferioridade genética das raças não brancas e na sua incapacidade de ascender à civilização foi contrabalanceada por uma crença na seleção natural e social, que, através da mestiçagem conduziria a um povo branco [...]”. (SEYFERTH, 1986, p.56).

O desaparecimento da população negra não foi alcançado, o último censo nacional⁸ estima que mais da metade dos brasileiros sejam negros⁹. Entretanto o posicionamento enquanto sujeitos à margem da sociedade não foi superado. É possível constatar tal argumento comparando os dados relativos à educação básica e superior¹⁰,

⁶ Segundo Oliveira (2005), na época da abolição apenas 5% dos negros estavam na condição de escravizados. Ver: (OLIVEIRA, 2005, p.263).

⁷ Ver: (OLIVEIRA, 2005, p. 263-267).

⁸ Censo (IBGE, 2010).

⁹ Segundo o IBGE, 53,92% da população se declara como preta ou parda. Acesso à informação em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html>

¹⁰ Segundo dados do IBGE, a taxa de analfabetismo entre pessoas pretas e pardas é de 9,1%, enquanto para pessoas brancas é de 3,9. Acesso à informação em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18317-educacao.html>

mortalidade¹¹, violência contra mulher¹², saneamento básico¹³, renda¹⁴ e muitos outros, nos quais são os negros apresentam desvantagens. No ano 2018, por exemplo, 68,16% dos homicídios no estado do Rio de Janeiro vitimaram pessoas negras¹⁵.

A constância dessa parcela populacional, mesmo quando tratamos de indicadores de temáticas distintas, permanecendo nas piores colocações, fornece os indicativos que nos permite compreender melhor o fenômeno ao qual participam. A não integração plena do sujeito negro na sociedade contemporânea não é por si só uma herança da condição de escravidão. Essa manutenção sistemática de uma situação de marginalidade exige um aparato que incida também no presente e que dê conta de reatualizar as formas de dominação: o racismo estrutural¹⁶. Almeida (2018), ao dissertar sobre a temática do racismo o define como: “uma forma sistemática de discriminação que têm a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertencem.

É importante destacar que o pertencimento a esse “lugar de margem” na sociedade traz consigo uma série de imagens que se criam sobre esse sujeito. Os estereótipos são marcas que fazem com que as subjetividades que esse indivíduo provoca nos outros sejam construídas a partir dessa única representação. É comum, por exemplo, que cause estranheza ou até questionamentos, para determinados grupos, a existência de um médico negro ou que provoque “medo” um jovem negro “passando” na rua. As expressões dessas suposições edificadas a partir de uma “figura” comum sobre o que é e o que pode ser o indivíduo negro culminam nesse tipo de reação. Em níveis mais elevados, a estereotipação pode significar o perigo a vida para negros e negras. O homem ou jovem negro ser o “padrão de bandido” instituído pelas polícias, como ocorre

¹¹ Em 2017, 75,5% das vítimas de homicídios no Brasil eram negras. Ver: (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2019. p.45).

¹² Segundo dados do ISP-RJ ano de 2018, ocorreram 11.094 crimes contra mulher (somadas as categorias: Assédio sexual, Femicídio, Homicídio Doloso e Lesão Corporal Dolosa) na Baixada Fluminense. Destes, 63,5% eram vitimaram mulheres negras.

¹³ Segundo pesquisa da BBK Ambiental, são as mulheres negras e indígenas que tem menos acesso saneamento básico. Ver mais em: <https://nacoesunidas.org/mulheres-negras-sao-mais-afetadas-pela-falta-de-saneamento-basico-no-brasil-diz-estudo/>

¹⁴ Segundo dados do IBGE, o rendimento médio entre pessoas brancas é de R\$ 2.814, enquanto o de pessoas pardas é de R\$1.606 e o de pessoas negras de 1.570. Acesso a informação em: (<https://educa.ibge.gov.br/jovens/c-onheca-o-brasil/populacao/18314-trabalho-e-rendimento.html>).

¹⁵ Somados os números relativos a pessoas pretas e pardas. Ver mais em: (<http://www.ispvisualizacao.rj.gov.br/grupos.html>).

¹⁶ Ver sobre em: (ALMEIDA, 2018).

no Rio de Janeiro, e porque não dizer no resto do globo, exemplifica como ocupar as margens pode ser perigoso e trazer consequências materiais e físicas. Em torno do negro e do branco Seyferth (1986), nos diz que: “temos uma simbologia associada às cores branca e negra que reforça estereótipos raciais: o branco é sinônimo de pureza e virtude enquanto o negro é associado ao mal, à impureza, ao diabo”. (SEYFERT, 1986, p.56).

A BAIXADA FLUMINENSE: UM TERRITÓRIO PERIFÉRICO

A Baixada Fluminense, área metropolitana da cidade do Rio de Janeiro e região periférica do estado, para além dos estigmas que carrega por se tratar de uma periferia¹⁷, é também o território da multiplicidade. Para que não se caia no perigo de defini-la de forma equivocada é necessário que se tenha como pressupostos que “cada periferia tem suas especificidades” e que sua caracterização não se resume a uma distância do centro” (ROLNIK, 2010, p.1). A princípio, o próprio conceito de periferia, como afirma Raquel Rolnik, “é forjado de uma leitura de cidade surgida de um desenvolvimento humano que se deu a partir dos anos 1980”. Para ela, “esse modelo de desenvolvimento privou as faixas de menor renda de condições básicas e de inserção efetiva à cidade”. Justamente pela efervescência de movimentos, hábitos e da própria dinâmica do território que se modifica com o passar do tempo e difere-se, em determinados pontos, das observadas em outros espaços que essa conceituação precisa ser ampliada de modo que não se restrinja a lógica de “desenvolvimento” baseado nos “centros”.

Mesmo havendo uma constante difusão da imagem da periferia caracterizada unicamente pela narrativa da falta, não garantias de acesso à direitos básicos e extrema violência, como acontece na maioria das vezes que ela é retratada nas matérias de jornais e reportagens realizadas pelas mídias hegemônicas, a Baixada não se resume a esse prisma. Este entendimento da periferia enquanto aglutinadora de contradições que não se restringem a uma história única se assemelha a perspectiva exposta por Das e Poole quando as autoras elaboram que:

Sugerir que los márgenes son espacios de creatividad no es decir que las formas que adquieren la política y la economía en estos, las cuales generalmente son formadas por la necesidad de sobrevivir, no estén cargadas de terribles peligros. Esto es útil, sin embargo, para enfocar la atención en el hecho de que, aunque ciertas poblaciones son patologizadas a través de varios tipos de prácticas de poder/saber, ellas no se someten pasivamente a estas condiciones. (DAS e POOLE, 2008. p.13-14)

¹⁷ Ver mais sobre em: (ROLNIK, 2010); (FELTRAN, 2010) e (PALLONE, 2005).

Com uma história de resistência durante a colonização portuguesa as terras que hoje formam a Baixada Fluminense abrigaram tanto aldeias de povos indígenas quanto quilombos. Economicamente, exercia uma importante relação comercial com a capital, a cidade do Rio de Janeiro. Vivenciou os ciclos da cana-de-açúcar, ouro e café, tendo também um passado mais

recente marcado pela produção de laranjas¹⁸. A Baixada “rural” começa a se tornar região urbana durante o início dos 1930 a 1960, o grande crescimento populacional da época se deve em primeiro lugar a expulsão dos mais pobres das áreas centrais da cidade do Rio de Janeiro¹⁹.

A riqueza cultural da Baixada pode ser observada através dos inúmeros movimentos e iniciativas que nela residem. Os cineclubes, as rodas de rima, grupos teatrais e feiras culturais²⁰ são alguns exemplos dos movimentos de resistência que podemos citar. Essa potência das manifestações culturais da periferia é também destacada por Rolnik (2010) quando a mesma nos diz “a força da periferia, hoje, está muito mais nas questões culturais do que políticas”. No entanto, é impossível dissociar o caráter político de tais movimentações, a cena cultural da Baixada não configura-se apenas como uma opção de lazer, é também um expoente de resiliência e de movimentação coletiva politizada. Nas rodas de rima, por exemplo, os temas das “batalhas” versam sobre o dia-a-dia da periferia, os acontecimentos. Os cineclubes, não só apresentam filmes, o que já é de grande importância quando nos atentamos que o acesso a produções cinematográficas de temáticas não “comerciais” é bastante reduzido, alguns deles também produzem seus próprios filmes. Ou seja, a periferia e os periféricos estão em constante movimento. Ao criarem ou recriarem, constroem uma narrativa para si e para o lugar que é distinta das definições pré-fabricadas e baseadas em critérios homogeneizantes.

Apesar da violência não ser o único traço que define esse território, ela é um dos atravessamentos que a marca. Os índices de crimes, mais altos inclusive do que a média estadual, é uma questão importante que não só a caracteriza como afeta a vida de seus moradores. Segundo dados do Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro, só no ano de 2018, na Baixada Fluminense, ocorreram 2.147 crimes letais. Sendo, 94% das

¹⁸ Ver: (ALVES, 2003, p. 29 e 37 - 44).

¹⁹ Ver: (ALVES, 2003, p.62 - 68).

²⁰ Cineclube Mate com Angu (Duque de Caxias), Buraco do Getúlio (Nova Iguaçu) entre outras. Roda Cultural do Centenário, Rap Free Jazz (Duque de Caxias), Roda Cultural da Praça do Skate (São João de Meriti) entre outras. Cia. Código de Artes Cênicas (Japeri), Cia. Teatral Queimados (Queimados) entre outros. Feira do Troca entre outras (Belford Roxo).

vítimas do sexo masculino, 79% negras²¹ e 36% tinham entre 12 e 29 anos. Quando analisamos somente as mortes em decorrência da ação de agentes do Estado no mesmo ano de referência, nos deparamos com o seguinte panorama: 545 casos, 98% do sexo masculino, 80% negras, 25% com idade entre 12 a 29 anos.

Sobre a violência em periferias urbanas, Zibechi (2015) nos diz que:

As periferias urbanas representam uma das fraturas mais importantes de um sistema que tende ao caos. É nela onde os Estados têm menor presença, onde os conflitos e a violência que acompanham a desintegração da sociedade fazem parte do cotidiano, onde os grupos têm maior presença, a ponto de conseguirem, por vezes, tomar o controle de bairros pobres. (ZIBECHI, 2015. p.23).

A partir da colocação de Zibechi citada acima, quando analisamos a Baixada Fluminense, a menor presença do Estado é materializada, na verdade, na menor atenção que o Estado concede a essa população com relação, por exemplo, a aparelhos institucionais como: posto de saúde, escolas e universidades. Entretanto a presença estatal é quase constante quando nos detemos a operações policiais, constantes em favelas e demais bairros da região. Não servindo para o que deveria ser a sua finalidade: a “segurança” da população. O aumento do poder de grupos que o autor destaca, na Baixada é exemplificada pelos grupos de milícias²² que nos últimos anos cresceram e expandiram suas zonas de influência, e as facções de criminosas.

A “naturalização” da violência e das mortes de pessoas negras em periferias, pela opinião pública, é uma das consequências do racismo e do estigma em torno da periferia e dos periféricos. Muitas das vezes o “olhar naturalizado” com relação à assassinatos vem acompanhado da percepção do sujeito negro enquanto “bandido” ou “marginal”, havendo ou não a comprovação de envolvimento desse com o crime.

Perlman (1977), no capítulo “A teoria da marginalidade e do ideal tipo” já apontava a tendência de criação de “ideias estereotipadas sobre as camadas pobres da sociedade” (PERLMAN, 1977, p.123). Segundo a autora, há uma “antiga tradição de se caracterizar pobres como suspeitos, nos EUA e na Europa” (PERLMAN, 1977, p.124). Para ela, um dos critérios possíveis para se atribuir a categoria da marginalidade em relação a um grupo é o seu pertencimento a minorias raciais. Nesse caso, a principal diferença empregada para essa categorização é o traço genético. Para os indivíduos classificados

²¹ Somadas as categorias pretas e pardas.

²² Por milícias aqui compreendemos grupos e ou organizações criminosas compostas por militares, ex-militares ou não-militares, que interveem em territórios “oferecendo” segurança privada local, podem inclusive, ter o controle do fornecimento de luz, água, gás, internet, tv à cabo, cestas básicas e outros. Operando através da violência e extorsão da população.

como “fora da lei” há um julgamento quase automático do merecimento da morte como punição a qualquer tipo de crime cometido. O resultado dessa “condenação” baseada em uma visão racista do que é ou não o sujeito negro são os índices altíssimos de assassinatos de pessoas negras, principalmente homens jovens, na Baixada Fluminense. Como a autora assinala, as ideologias e estereótipos que se associam em torno do estereótipo do sujeito marginal “afetam as vidas de milhões de pobres moradores de favelas ou cidades” (PERLMAN, 1977, p.123).

A LUTA DAS MÃES COMO POTÊNCIA DAS MARGENS

Após a incidência da morte, a constância da impunidade é facilmente verificada na quase totalidade dos casos²³. Crimes como o da Chacina da Baixada²⁴, infelizmente, seguem se repetindo²⁵. As instâncias de apuração, muito recorrentemente, não conseguem dar às vítimas e seus familiares o tratamento adequado após a violação da vida dessas pessoas. A partir deste ponto entra em cena outros sujeitos: As familiares. Moura; Santos e Soares (2010) no artigo “Auto de resistência: a ação colectiva de mulheres familiares de vítimas de violência armada policial no Rio de Janeiro” ao dissertarem a respeito dos movimentos de mães no Brasil já ressaltavam o protagonismo feminino e uma constância na inoperância do sistema judiciário. A busca por justiça, direito à memória e/ou reconstrução de uma “reputação”²⁶ de seus entes se torna a “bandeira” de vida dessas mulheres. A inserção em coletivos ou redes de familiares, inicialmente com o propósito único de se solucionar a morte daquele familiar, com o passar do tempo transforma-se também numa luta “pelos filhos das outras ou por toda uma juventude”.

Quando Das e Poole (2008) dissertam que “La indeterminación de los márgenes no sólo da lugar formas de resistencia sino que, de modo más trascendente, permite

²³ Segundo ISP-RJ, a taxa de elucidação de casos de letalidade violenta no estado do Rio de Janeiro é de 20%.

²⁴ Chacina realizada por um grupo de policiais da Baixada Fluminense, 29 pessoas foram assassinadas no dia 31 de Março de 2005.

²⁵ Após a exibição do filme: “Nossos mortos têm Voz”, (Construído a partir da narrativa das familiares de vítimas da Baixada Fluminense), na Faculdade de Educação da Baixada Fluminense - Febf/Uerj, uma das mães que estava presente falou sobre o envolvimento dos envolvidos nessa chacina em assassinatos anteriores.

²⁶ Em vários casos de assassinatos as vítimas são automaticamente reduzidas ao papel de “bandidos”, tendo envolvimento com o crime ou não. Tornando-se a missão dos familiares, além da luta por justiça, provar a “inocência” da vítima. Aos que de fato têm envolvimento, comumente a opinião pública não “concede” a mãe ou familiar o direito de reivindicar sua dor e justiça reivindicar seus. Esse envolvimento, em várias situações, influencia inclusive o judiciário. Que deixa de punir os acusados mesmo quando há provas diversas de uma execução.

estratégias de atracción del estado hacia ciertos tipos de márgenes del cuerpo de ciudadanos.” (DAS E POOLE, 2008, p. 44-45) ao compararmos o movimento realizado pelas mães, também pertencentes as margens, podemos constatar que no ativismo delas não se dispõe unicamente a confrontar o Estado no que diz respeito a resolução dos casos. Mais do que isso objetiva-se modificar a lógica racista com que ele opera e na qual está fincada suas concepções sobre o sujeito negros. Ou seja, transgredirem as normas, os pressupostos e procedimentos instituídos.

Rocha (2018) em: “Morte íntima: A gramática do genocídio antinegro na Baixada Fluminense”, cita um dos relatos colhidos durante a fase de entrevistas de sua pesquisa. A história impressionantemente dolorosa da “mãe que perdeu 3 filhos” nos choca e dimensiona sobre o viés da violência que atinge a juventude negra e periférica. Essa mãe, num espaço tempo de cinco anos, tem seus três filhos assassinados de forma brutal. Ela diz que continua no que chama de “coma” e que se sente viva quando está fora de casa cuidando dos filhos das outras. Essa mãe como forma de continuar a própria vida se dedica a ajudar outros jovens a saírem do vício das drogas e do crime²⁷.

O entendimento dessas mães sobre como o racismo opera na sociedade é exposto no seguinte trecho pela autora: “Conscientes da estrutura do racismo letal que vitima principalmente corpos negros, as mães negras lutam diariamente pela sobrevivência física de seus filhos e os filhos de sua comunidade” (ROCHA 2018, p.24). Quando essas mães se voltam para esses “outros filhos” há aí também a tentativa de se construir uma outra narrativa e um outro “destino” para esses “meninos”. O filho que já não se tem mais, torna-se todos os outros. Aos quais se pode, em parte, continuar exercendo um tipo de maternidade.

Atualmente na Baixada Fluminense, a Rede de Mães e Familiares Vítimas da Violência de Estado na Baixada Fluminense²⁸ tem realizado importantes atividades no que se refere as denúncias de violência na região, como também nas lutas por justiça e memória racial. A Rede tem se articulado com demais movimentos locais e o poder público municipal, estando presente em eventos importantes como conferências, audiências públicas e seminários sobre violência na Baixada e no estado do Rio de Janeiro. Ela é responsável por atos públicos pelo o direito a memória e justiça. Além de

²⁷ Ver mais em Flauzina e Vargas (Orgs.). “Morte íntima: A gramática do genocídio antinegro na Baixada Fluminense . p. 39, 40 e 62.

²⁸ No ano de 2005, após a chacina da Baixada a AFAVIV - Associação de Familiares e Amigos das Vítimas da Violência. No entanto, por falta de estrutura a associação não segue suas atividades, se rearticulando 10 anos depois. Agora, como o nome de Rede de Mães e Familiares das Vítimas de Violência do Estado na Baixada Fluminense.

realizarem diversas exibições do filme “Nossos Mortos têm Voz”²⁹ seguidas de debate. A Rede, devido as parcerias que estabelece, oferece terapia psicológica, orientação jurídica, como também realiza visitas às mães e familiares de vítimas da violência³⁰.

Os momentos em que levam a exibição do documentário e as rodas de conversa que acontecem em seguida³¹ são momentos de denúncia a partir de suas histórias de vida, mas também momentos pedagógicos em que falam para o público presente sobre o genocídio da juventude negra, o padrão de truculência com que o Estado e os seus agentes incidem nesse território, da

atuação das polícias e milícias nessas localidades e a impunidade desses casos. Esse contato direto possibilita uma sensibilização às temáticas e permite-se que discussões que provavelmente não “chegariam” a determinados locais possam ser estabelecidas.

O ativismo que exercem se contrapõem diretamente a toda uma construção acerca do sujeito negro. Ao falarem de suas dores e reivindicarem a memória de seus filhos, essas mulheres os reposicionam num lugar de humanidade que o assassinato tentou os retirar. Ao chamarem por seus nomes nos atos, vestirem camisas com suas fotos, carregarem álbuns e dedicarem grande parte de suas vidas a lutarem por justiça para eles, essas mulheres os evocam, não como exclusivamente vítimas, mas como homens, mulheres, jovens que têm uma identidade, um nome e uma história. Se a morte os colocou nas estatísticas de uma guerra racializada e cruel, essas mulheres nos lembram e se lembram de quem foram.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O constante acirramento entre os que estão nas margens e o Estado é combustível para transformações, disputas e reorganizações dos dois lados. Por se tratarem de sujeitos das margens, e essa condição ser imperativa de um desconforto com aquilo que é preestabelecido, exige-se desse grupo um movimento, inclusive para sua própria manutenção. Quando as mães da Baixada, ingressam no seu ativismo após a morte de seus filhos elas desafiam as construções em torno de raça, que se mantém nos dias de hoje. Desafiam o Estado a reconhecer as próprias contradições quando o pressiona e expõem suas denúncias, como também empregam grande esforço para que ele modifique-se estruturalmente.

²⁹ Algumas das mães que falam no documentário fazem parte da Rede.

³⁰ Informações retiradas da página da Rede no Facebook e das atividades realizadas por elas que acompanhei.

³¹ As exibições ocorrem em espaços diversos, como: escolas, faculdades, eventos, entre outros.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural?**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ALVES, José Claudio Souza. **Dos barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada**. Duque de Caxias, RJ: APPH, CLIO, 2003
- ATLAS DA VIOLÊNCIA 2019. / Organizadores: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.
- CENSO DEMOGRÁFICO 2010. **Características da população e dos domicílios: resultados do universo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: . Acesso em: Jul. 2019.
- Das, Veena; Poole, Deborah. **El estado y sus márgenes. Etnografías comparadas Cuadernos de Antropología Social**, núm. 27, 2008, pp. 19-52
- ISER. **Homicídios na baixada fluminense. Estado, mercado, criminalidade e poder. Comunicações Iser** - p.32. NÚMERO 71 - ANO 37 - 2018
- MOURA, Tatiana; SANTOS, Rita e SOARES, Bárbara, « **Auto de resistência: A ação colectiva de mulheres familiares de vítimas de violência armada policial no Rio de Janeiro** », Revista Crítica de Ciências Sociais [Online], 88 | 2010, colocado online no dia 10 outubro 2012, acesso em 31 agosto 2018. URL : <http://journals.openedition.org/rccs/1736> ; DOI : 10.4000/rccs.1736
- OLIVEIRA, Iolanda. **A Construção Social e Histórica do Racismo e suas Repercussões na educação Contemporânea** (p.257-281). Cadernos Penesb – FEUFF. (n.9) (dezembro 2007) Rio de Janeiro/ Niterói – EdUFF/ Quarter, 2007. Disponível em: <http://www.uff.br/penesb/images/jdownloads/Publicacoes/Penesb-9_v7.2_capamiolo.pdf> . Acesso em: 10/07/ 2019.
- PERLMAN, Janice E. **A Teoria da Marginalidade e o Ideal Tipo**. In: O Mito da Marginalidade: Favelas e a Política no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977
- ROCHA, Luciane O. **Morte Íntima: A Gramática do Genocídio Antinegro na Baixada Fluminense**. In: Ana Luiza Pinheiro Flauzina; João Helion Costa Vargas. (Org.). Motim: Horizontes do Genocídio antinegro na Diáspora. 1ed.Brasília: Brado Negro, 2017, v. 1, p. 37- 66.
- ROLNIK, Raquel. **O que é periferia?** Entrevista. Disponível em: < <https://raquelrolnik.wordpress.com/2010/06/14/o-que-e-periferia-entrevista-para-a-edicao-de-junho-da-revista-continuum-itau-cultural/>>Acesso em: 19/07/2019.
- SEYFERTH, Giralda. **A Estratégia do Branqueamento**. Vo.5/ No. 25, CIÊNCIA HOJE, 1986, p. 54-56.
- ZIBECHI, R. Territórios em Resistência – Cartografia política das periferias urbanas da

Intratextos

América Latina. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015